

Biossegurança

Pouco avanço

RECENTEMENTE, com uma série de decisões, a Comissão Técnica Nacional Biossegurança (CTNBio) aprovou liberações planejadas de experimentos em campo sob avaliação de:

- ✓ Variedades de milho resistente a lagartas lepidópteras
- ✓ Variedade de algodão resistente a insetos, para avaliação da eficiência agrônômica.
- ✓ Experimentos de campo com a batata resistente ao *potato virus Y*, que causa enrugamento das folhas e queda na produção.

Também aprovaram as regras para os experimentos de milho transgênico:

- ✓ A bordadura de contenção com dez linhas de outro tipo de milho e 400 metros de distância. Se estiver perto de um milho convencional, a exigência aumenta para 20 linhas do outro milho.
- ✓ O intervalo de 40 dias entre as datas de florescimento do transgênico e do convencional. Nas estações experimentais com variedades crioulas serão exigidos os dois procedimentos.

Foram também apreciados pedidos para pesquisas de campo com Organismos Geneticamente Modificados (OGMs), conhecidos como solicitações de liberação planejada no meio ambiente, de milho:

- ✓ Tolerante ao herbicida glifosato
- ✓ Tolerante ao glifosato e o gene cry1F resistente a insetos
- ✓ Resistente a insetos, Milho TC1507 ou Milho Herculex

Ainda foram avaliadas as:

- ✓ IN 20/200, que trata da produção, importação e comercialização de plantas modificadas;
- ✓ IN 10/1998, que normatiza a liberação planejada no meio ambiente de vegetais geneticamente modificados anteriormente aprovadas pela comissão.
- ✓ Aprovou 42 projetos de pesquisa de campo da segurança de OGMs, para efeito de certificados de biossegurança (CQB's).
- ✓ Pediu mais informações sobre cinco pedidos e outros 20 não foram avaliados. O prazo médio para os relatores fazerem a análise de liberação é de 60 dias. No processo de atualização e maior rapidez das resoluções, a CTNBio disponibilizou à consulta pública a:
 - ✓ Resolução Normativa (RN) nº 2., que dispõe sobre a classificação de riscos de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) e os níveis de biossegurança a serem aplicados nas ati-

Normas ilegais da UE

A Organização Mundial do Comércio (OMC) decidiu que torna ilegais as normas impostas pela União Européia (UE), entre 1998 e 2004, para restringir a importação de transgênicos. O documento, de mais de 1,3 mil páginas, contém todas as fases do processo desde que Estados Unidos, Canadá e Argentina, solicitaram, em maio de 2003, a abertura de conversas com a UE para solucionar o conflito causado pela proibição à importação de transgênicos.

A decisão da OMC de declarar ilegal essa medida data de maio, quando deu a razão a EUA, Argentina e Canadá na ação que os três abriram contra a proibição européia dos Organismos Geneticamente Modificados, que esteve vigente durante seis anos. Os árbitros da OMC consideraram que a UE havia estabelecido uma proibição efetiva à entrada em seu território de alimentos geneticamente modificados, o que os países litigantes consideraram uma violação das regras estabelecidas pelo organismo comercial.

A sentença da OMC afirma que a UE descumpriu suas normas em relação a 21 produtos, dentre os quais soja, milho, algodão, batata, beterraba, tabaco e tomate transgênicos. A decisão confirmou a violação de seis países comunitários - Áustria, França, Alemanha, Grécia, Itália e Luxemburgo - às normas comerciais, ao aplicar restrições individuais a certos produtos transgênicos.

Nos últimos anos, Bruxelas defendia sua política, sob a alegação de preservar a saúde dos consumidores e proteger o meio ambiente. No entanto, diante da pressão, o bloco pôs fim à proibição, medida que foi considerada insuficiente pelos países litigantes, que decidiram manter o processo na OMC. Isso porque, apesar da comercialização de transgênicos ter sido permitida, sua autorização depende de uma série de medidas de precaução, que passam por normas de etiquetamento até o rastreamento dos produtos.

Avançar na pesquisa

Criada em 1995 para formular regras e regular atividades com OGMs, a CTNBio é centro de uma disputa entre os grupos da biotecnologia e os defensores do meio ambiente, agricultura familiar, direitos do consumidor e dos trabalhadores.

Até fins de julho, a CTNBio tinha autorizado testes e pesquisas em campo para seis novas variedades de OGMs. Esse número é muito inferior aos pedidos existentes, que ultrapassam 400 solicitações para testes. Além dos pedidos para pesquisa existem outros 10 para comercialização. Nenhuma autorização para venda de sementes geneticamente modificada tinha sido aprovada. Havia ainda uma lista com solicitações de importação de variedades geneticamente modificadas.

Apêndice do Ministério da Ciência e Tecnologia, a comissão não tem funcionários

próprios e seus integrantes reclamam das fortes pressões, excesso de trabalho, discussões políticas sem respaldo técnicos e científicos e honorários não condizentes.

Insatisfeitos com a demora na análise das liberações dos transgênicos, cinco membros da comissão saíram desde o início do ano e a participação é baixa dos demais componentes da CTNBio. O quórum da CTNBio caiu de 35 em fevereiro para 23 em junho. O Ministério da Defesa e o Itamaraty não tinha indicado seus representantes.

O processo estabelecido pela Lei nº 11.105 pode resultar numa demora entre 290 dias (quase dez meses) e 590 dias (quase vinte meses). Além disso, a CTNBio conta com 27 membros titulares e para aprovar um projeto é necessário a anuência de dois terços dos

integrantes. Prevista para depois das eleições, as mudanças podem ocorrer ainda neste ano.

As pressões para acelerar a análise dos processos de liberação comercial de transgênicos no país levaram o governo a intervir no colegiado. A proposta para modificar o quórum mínimo de 14 membros para a aprovação de OGMs na CTNBio será debatida no Conselho Nacional de Biossegurança. Se aprovada, o presidente ditará um novo decreto.

Para a CTNBio, a mudança do quórum significa uma dificuldade a menos na análise de OGMs destinados à comercialização. As discussões ocorrem de forma muito lenta, embora existam 500 pedidos de liberações comerciais e pesquisas na pauta para análise. Cerca de 80% vem do setor público.

vidades e projetos com OGMs e seus derivados em contenção.

- ✓ RN nº 3, que define os critérios para a liberação planejada no meio ambiente. As resoluções estão sendo reformuladas conforme a necessidade das atuais discussões que tramitam no órgão.

A Comissão estruturou seu Regimento Interno e a RN nº 1, que substitui as Instruções Normativas nº 1 e 14 utilizadas pela lei anterior. Cerca de 42 certificados de biossegurança (CQB) foram liberados para de pesquisa de campo. Em cinco pedidos foram pedidos mais informações e outros 20 não foram avaliados. O prazo médio para os relatores fazerem a análise de liberação é de 60 dias.

Apesar de ser o melhor desempenho desde a nova Lei nº 11.105/2005 de biossegurança, em junho, de um total de 80 pedidos, foram aprovados apenas 2 projetos. Em julho, foram aprovados 4 de 70.

As discussões sobre as normas internas acontecem junto com as decisões sobre atividades que envolvem a construção, experimentação, cultivo, manipulação, transporte, comercialização, consumo, armazenamento, liberação e descarte de OGMs.

Prova de fogo

Para limpar a pauta, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) precisa votar processos polêmicos, como a liberação comercial do milho Liberty Link, tolerante ao glifosinato de amônio da Bayer, o Guardian, da Monsanto, e o BT-11, da Syngenta, ambos resistentes a insetos.

Outro tema delicado é a liberação comercial da PRV/Marker Gold, vacina contra o mal de Aujeszky (doença que ataca suínos), da Schering Plough.

Mas, na avaliação de membros do colegiado, antes das votações é preciso estabelecer critérios para analisar a liberação

comercial de transgênicos no país. Hoje, apenas a Instrução Normativa nº 20 determina padrões de segurança alimentar. As discussões sobre os critérios são consideradas prioritárias.

Estão pendentes na CTNBio 11 processos de liberação comercial e cerca de 30 sobre experimentos de campo. Os três processos de milho são os mais antigos e avançados. Pesquisas com milho transgênico são feitas com autorização da CTNBio desde os anos 1990. As grandes empresas do setor testaram basicamente resistências do milho a insetos e a herbicidas.

Atualmente, somente dois produtos geneticamente modificados são permitidos para ser comercializados. São a soja do tipo Roundup Ready (RR), resistente à herbicida glifosato e o algodão Bollgard, resistente a insetos. O caminho é lento e tortuoso, sem o mínimo critério de consenso no campo humano, animal, ambiental e vegetal. ■